



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

NOTAS DE REUNIÃO

45ª REUNIÃO COMITÊ TÉCNICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO CONCIDADES

DATA: 01/12/2015- **HORÁRIO:** das 10h:10min às 18h:30min

LOCAL: Ministério das Cidades – SNSA - sala 903

Participantes: lista de presença encaminhada por e-mail em 02/12/2015.

Apresentações: encaminhadas por e-mail em 02/12/2015.

Abertura.

A 46ª reunião do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental (CTSA) ocorreu durante a 47ª Reunião Ordinária do ConCidades. O art. 33A do Regimento Interno do ConCidades, que trata da necessidade de quorum mínimo de 10 (dez) conselheiros presentes para o início dos trabalhos, por isso a reunião somente ocorreu às 10h10min, com a abertura proferida pelo Diretor da DARIN, Sr. Ernani Miranda, que cumprimentou, deu boas vindas a todos e justificou a ausência do Secretário Nacional de Saneamento Ambiental -SNSA. Sr. Paulo Ferreira, que estava na COOP 21, em Paris, representando o Ministério das Cidades. A coordenação da reunião foi realizada pelo Sr. Ernani Ciriaco de Miranda, Diretor do DARIN da SNSA. Este procedeu à leitura da pauta e colocou para apreciação do(a)s conselheiro(a)s presentes. A pauta original desta reunião do CTSA consiste nos seguintes pontos: 1) Apresentação e discussão do Relatório Preliminar do primeiro ano do PLANSAB; 2) Informe dos Planos Municipais; 3) A situação das Resoluções Recomendadas nº 147 e 157/ConCidades; 4) Discussão da Portaria 280; 5) Apresentação do PAC Saneamento - Funasa; 6) Apresentação do PAC Saneamento – MCIDADES; 7) Situação do desenvolvimento do Trabalho Social nos empreendimentos de Saneamento com aporte de recursos do Ministério das Cidades; 8) Definição da pauta da próxima reunião do CTSA. O Conselheiro Landa propõe a inclusão em pauta de discussão sobre o desastre ocorrido em Mariana - MG. Após as discussões e acréscimos do(a)s conselheiro(a)s presentes, a pauta aprovada restou assim: 1) Apresentação e discussão do Relatório Preliminar do primeiro ano do PLANSAB; 2) Informe dos Planos Municipais; 3) A situação das Resoluções Recomendadas nº 147 e 157/ConCidades; 4) Discussão da Portaria 280; 5) Apresentação do PAC Saneamento - Funasa; 6) Apresentação do PAC Saneamento – MCIDADES; 7) Situação do desenvolvimento do Trabalho Social nos empreendimentos de Saneamento com aporte de recursos do Ministério das Cidades; 8) Discussão sobre o desastre ocorrido em Mariana - MG; 9) Definição da pauta da próxima reunião do CTSA. **Execução da Pauta - Ponto 1** - Apresentação e discussão do Relatório Preliminar do primeiro ano do PLANSAB - Diretor Ernani apresentou o Relatório Anual do Plansab, informou que o relatório deixou de ser preliminar, pois foi aprovado na reunião do GTI Plansab, informou a estrutura do relatório do Plansab, com todos os seus tópicos e anexos, a avaliação de macrodiretrizes e estratégias, e também dos cenários, a avaliação dos programas e propostas para o aprimoramento dos mesmos. E concluiu que o Plansab em sua opinião cumpriu parcialmente seu papel na 1ª avaliação e contribuiu para a maior articulação entre os órgãos federais que atuam em saneamento básico, além de ser hoje o norteador das diretrizes e referência dentro do governo. Mas, afirmou que ainda há muito que avançar para cumprir as diretrizes e metas do PLANSAB. O conselheiro Landa abordou o conteúdo das estratégias 6 e 7, que tratam sobre aporte financeiro e estrutura de acompanhamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico, e propôs a capacitação dos conselheiros e a elaboração de documento que possa ser apresentado ao titular empoderando o(a)s conselheiro(a)s no processo de elaboração dos Planos de Saneamento Básico. O conselheiro Miguel argumentou que existem as prerrogativas legais expressas na Lei 11.445/07 e Decreto 7.217/10 que embasam a participação e o controle social

50 na elaboração dos Planos de saneamento que, quando descumpridas pode acionado o Ministério
51 Público que é o guardião e fiscal da aplicação das leis. E, abordou a estratégia no Amazonas
52 para a elaboração dos Planos de Saneamento. Retornando a análise do relatório, a conselheira
53 Amélia questionou quais são as perspectivas de minimização dos problemas apontados na
54 apresentação para o melhor do cumprimento de todas as estratégias propostas para o Plansab. O
55 diretor Ernani respondeu que o próprio relatório aborda a necessidade de priorização das
56 estratégias e também sobre a decisão em instância máxima de governo, com a proposição de
57 uma sala de coordenação para o acompanhamento das ações do Plansab. A cerca dos cenários,
58 observou que deverão. A conselheira Noêmia perguntou sobre a evolução do cenário proposto
59 pelo PLANSAB em relação ao Estado do Pará. O conselheiro Vidal questionou sobre os dados
60 usados no relatório do Plansab, pois divergem, por exemplo, em relação aos 57% de
61 fornecimento de água tratada informados pelo SISÁGUA/MS. O conselheiro Marcelo
62 perguntou sobre se existe um diagnóstico dos Estados e Municípios, e questionou como fazer
63 com que as informações cheguem nestes lugares. O diretor Ernani respondeu a pergunta da
64 conselheira Noêmia dizendo que o cenário de referência que atualmente é considerado para
65 avaliação do Plansab é o número 2 e existe uma estratégia do próprio Plansab que orienta a não
66 fazer alterações nos cenários nos três primeiros anos de vigência do Plano. Ressaltou que, em
67 2014, os dados não apontaram para penalização da disponibilização/aplicação de recursos,
68 porém, afirmou também que, entende que, em 2015, o cenário mudou e, certamente este assunto
69 será discutido nas próximas reuniões do GTI-Plansab. Com referência ao questionamento do
70 conselheiro Vidal, comunicou que a base de acompanhamento dos indicadores e metas do
71 Plansab são àqueles previstos no próprio Plano, ou seja, majoritariamente, lastreado nas
72 pesquisas do IBGE, quer seja o censo ou a PNAD, além do SNIS. Porém, reconhece que
73 existem dados de outros sistemas de informação que tem base diferenciada, como o citado
74 SISÁGUA, porém, alerta que se trata de sistema fechado, cuja base de informações é diferente
75 dos demais. E, completando a resposta do questionamento do conselheiro Vidal, informou que
76 os dados se encontram na tabela 5 do relatório ora em análise. Em relação a pergunta do
77 conselheiro Marcelo, respondeu que as exigências dos manuais e dos programas do Ministério
78 são: informar se está preenchendo o SNIS, o prestador comprovar estar cobrando pelo serviço
79 prestado, haver instrumento de gestão municipal, consorciada ou concessão da prestação de
80 serviços regularizada, ter elaborado o Plano Municipal de Saneamento Básico e possuir órgão
81 de Controle Social funcionando e implantado de acordo com dispositivo legal.. O conselheiro
82 Evanildo reforçou os aspectos discutidos no GTI: reforçar a necessidade de implantação da sala
83 de coordenação do Plansab e monitoramento de controle social avaliando em que medida o
84 resultado da discussão do estado da arte dos Planos Municipais no Brasil pode ser incorporado
85 ao Plansab. O conselheiro Darci questionou quem deverá aprovar formalmente o relatório,
86 sugere que o Conselho referente a aprovação do relatório promovida pelo GTI-Plansab, e não
87 recomenda mudar os indicadores, metas, mas sugere que ao longo do tempo possam ser
88 ajustados. Aproveitou para questionar quantos municípios brasileiros têm o seu Plano de
89 Saneamento e quantos têm o órgão de controle social funcionando. Afirmou também que os
90 dados do Siságuas não são publicamente acessíveis e entende que deverão ser usados os dados
91 do IBGE. Abordou também aspectos em relação às metas para o controle da intermitência e das
92 perdas de água, e a discussão do conceito da área rural. Propôs ainda enviar o relatório de
93 avaliação do Plansab para os Conselhos Estaduais e tornar o preenchimento do SNIS
94 obrigatório. O conselheiro Édson concorda com a sala de acompanhamento, acha fundamental
95 sua implantação. O diretor Ernani respondeu aos questionamentos do conselheiro Darci e
96 informando que os projetos de lei são avaliados pela ASPAR do MCidades que encaminha os
97 assuntos pertinentes a cada secretaria finalística para posicionamento, no caso da SNSA quando
98 existem temas relacionados ao saneamento. Respondeu que o relatório e o próprio Plansab
99 consideram o ambiente rural o conceito oficial do IBGE. Falou que o relatório será
100 disponibilizado no site do Ministério, no locus onde estão os documentos do Plansab, quando
101 estiver revisado com a incorporação dos ajustes da reunião do GTI-Plansab. Restou acordado a
102 aprovação de resolução recomendada de referendo da aprovação do Relatório e criação de Sala
103 de Coordenação e monitoramento do Plansab. As 12h 30min ocorreu encerramento da parte da

104 manhã. **Após o almoço, prosseguiu a execução da Pauta - Ponto 2** - Informe dos Planos
105 Municipais - O Assessor Alexandre apresentou o monitoramento dos Planos PAC 1 e 2 que
106 estão sendo realizados com recursos do OGU, informou que na situação atual tem 23 contratos
107 concluídos, que corresponde a aproximadamente 30% de contratos finalizados, representando
108 um repasse de 20 milhões, disse ainda que, atualmente, são 70 contratos em andamento no
109 PAC2, destes 25 estão na situação normal e 11 estão atrasados. Explicou que o termo “atrasado”
110 é um conceito da caixa e significa que o contrato está a três meses sem liberação de recursos.
111 São 2 iniciados sem medição, 1 ainda não iniciada e 14 paralisadas. O investimento total em
112 Planos (PAC 1 e 2) é de 66 milhões, sendo 57 milhões do PAC 2, alguns em andamento. Disse
113 que esse é o retrato da situação atual, e informou que os índices são razoáveis, embora se
114 esperava que o patamar de 50% dos Planos contratados teriam terminado até o final de 2015.
115 Dentre os motivos que possam explicar que este percentual não irá ser alcançado neste ano,
116 além de todos aqueles conhecidos da fragilidade das equipes locais, das questões internas da
117 CAIXA, estão: as desistências e os atrasos de repasse do Governo Federal que, hoje, demora
118 cerca de 90 dias para repassar os recursos financeiros, ocasionando um alongamento do
119 cronograma de execução dos Planos de saneamento. A conselheira Amélia perguntou sobre a
120 situação de Alagoas, o assessor Alexandre respondeu que a situação de Alagoas não está
121 especificamente na apresentação, informou e que a SNSA oficiou através do Ofício n.º
122 282/2015/DARIN/SNSA/MCIDADES para cancelar diversos contratos, dentre eles, podendo
123 citar o contrato de São Miguel dos Campos e Maceió, dentre outros, mas a Caixa/AL está
124 fazendo gestão para mantê-los, estando ambos integrando a base de Planos com os contratos
125 mantidos. A conselheira Amélia perguntou sobre situação de Maceió, o assessor Alexandre
126 respondeu que se encontra atrasada por causa do desembolso do ministério, o contrato se
127 manteve devido à gestão da Caixa de Maceió. Ainda sobre a situação dos Planos de saneamento
128 em discussão, o assessor Alexandre disse que apesar de todo o trabalho da SNSA, conclui que
129 só aportar recursos não é suficiente para que os contratos sejam concluídos. Apresentou a lista
130 dos contratos do PAC do PAC 1 e 2, cujo objeto é a elaboração dos Planos Municipais que já
131 foram concluídos. E apresentou os materiais técnicos e peças técnicas que foram desenvolvidos
132 pela SNSA, que estão disponíveis em meio eletrônico, e complementou dizendo que todos estes
133 materiais estão sendo reunidos em uma publicação para efeito de atualização e olhar. Falou que
134 no ano de 2015 não foi possível realizar um só evento nos moldes dos seminários e que os dois
135 marcados foram cancelados em virtude das limitações orçamentárias e financeiras, quem sabe
136 poderão ser realizados em 2016. Apresentou as estatísticas referentes ao EAD de Planos de
137 saneamento que, em resumo, está na 4º turma, informando que houve um crescimento no
138 número de inscritos se comparado a primeira turma. No total das 4 edições, em média, daqueles
139 100% que se inscrevem, 80% acessaram o curso e por volta de 30% concluem o curso com
140 obtenção da certificação. **Execução da Pauta - Ponto 3** - A situação das Resoluções
141 Recomendadas nº 147 e 157/ConCidades - O assessor Alexandre colocou as resoluções na tela
142 do computador para a apreciação dos conselheiros, informou que, cronologicamente, a primeira
143 foi a Resolução nº 147, depois a edição da Portaria nº 280 do Ministério das Cidades, e depois a
144 Resolução nº 157. Em resumo, a Resolução Recomendada nº 147 aborda que sejam definidos
145 procedimentos e instrumentos para assegurar o controle social e a participação pública na fase
146 de elaboração e de gestão dos contratos de parceria público-privada que serão executados com
147 recursos do Governo Federal. O Diretor Ernani perguntou qual foi o objetivo de ter colocado
148 essa resolução em pauta. Informou que essa resolução foi proposta por este Comitê e foi levada
149 para o Pleno e aprovada pelo mesmo. Fala também que as diretrizes dessa resolução afetam todo
150 o Ministério e o Governo Federal, e acha sem sentido discutir algo que foi aprovado pelo
151 próprio comitê, propõe que seja feita uma revisão na resolução de forma a torná-la mais viável e
152 remeter a discussão da resolução para Portaria Geral da Presidência da República, para que eles
153 encaminhem esse debate dentro do Governo. A conselheira Amélia afirmou que é necessário
154 discutir a Resolução e a Portaria nº 280 e realizar um encaminhamento. Acrescentou que o foco
155 do debate é a Resolução nº 157 que tem relação com a Portaria nº 280. O conselheiro Darci
156 informou que na gestão passada do Conselho as resoluções eram aprovadas em Plenário e não
157 se tinha um feedback pessoal da Executiva pra saber se a resolução foi aprovada ou não. A

158 conselheira Amélia falou que primeiro é preciso saber em que ponto está essa resolução. O
159 conselheiro Darci concordou e acha importante conhecer isso pra saber o que está acontecendo.
160 O conselheiro Francisco falou sobre o regimento interno do Conselho das Cidades, e
161 argumentou que não cabe ao Ministro das Cidades decidir se vai publicar uma Resolução do
162 Conselho, acredita que se houve andamento interno equivocado e deveria ser passada a posição
163 da Assessoria do Jurídico do Ministério ao comitê. O diretor Ernani fala para o conselheiro
164 Francisco que a discussão desse assunto deve ser lavada ao Pleno do Conselho e não ser
165 discutida no Comitê e acredita ser desnecessário discutir o regimento interno do Conselho.
166 Informou que foi chamado o Secretário Executivo – SECONCID, sr Cláudio Trinchão para
167 aclarar o tema. O conselheiro Landa propôs que toda resolução que seja aprovada pelo Conselho
168 tenha um retorno da Executiva na reunião seguinte. O assessor Alexandre respondeu que isso já
169 ocorre. No que o conselheiro Darci também concordou, pois nas reuniões ordinárias do
170 ConCidades tem um momento específico para a discussão da situação das Resoluções
171 Recomendadas aprovadas no Pleno. O diretor Ernani perguntou ao conselheiro Darci se no
172 regimento interno do conselho há alguma parte que fale sobre retorno da Executiva. O
173 conselheiro Darci respondeu que não há nenhuma especificação com relação a isso. O assessor
174 Alexandre falou que não recorda de ter sido determinado pela Coordenação Executiva o retorno
175 de sua discussão no comitê sobre estas Resoluções, até porque, em sua opinião, a discussão da
176 Resolução 157 está fora da esfera do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental. Afirmou que a
177 opinião dos conselheiros do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental está sacramentada tanto
178 na Resolução nº 147 como na Resolução nº 157. O conselheiro Darci reivindicou junto ao
179 Secretário Executivo – SECONCID, sr. Cláudio Trinchão, que a SECONCID dê um retorno
180 sobre os encaminhamentos das resoluções. A conselheira Amélia informou que a discussão não
181 é sobre o conteúdo das resoluções, e sim sobre o encaminhamento dado as resoluções.
182 Questionou qual é o papel deste fórum e deste comitê. O Secretário Executivo - SECONCID
183 Cláudio Trinchão informou que é necessário avaliar o conteúdo de ambas as resoluções, falou
184 que há uma incoerência na resolução nº 147, pois não cabe ao Ministério e o Conselho
185 estabelecer regra geral, quem estabelece regra geral é o Ministério do Planejamento - MPOG,
186 passando pela Secretaria de Governo da Presidência da República, e que não cabe criar uma
187 regra específica para um Ministério, no caso o das Cidades. O diretor Ernani propôs reajustar a
188 resolução e retirar o grupo de Trabalho. Os Conselheiros Darci e Francisco propuseram a
189 retirada do artigo 3º. O Secretário Executivo - SECONCID Cláudio Trinchão acordou com o(a)s
190 demais conselheiro(a)s presentes e com nova redação a Resolução Recomendada n.º 147
191 retornará ao pleno para apreciação. O conselheiro Francisco propôs digitalizar o processo físico
192 e enviar aos conselheiros. O Secretário Executivo - SECONCID Cláudio Trinchão informou que
193 irá conhecer e resgatar o processo que envolve a Resolução Recomendada 157, para a realização
194 de uma análise técnica e irá disponibilizar a decisão na próxima reunião. Assim, restou acordado
195 que a Resolução Recomendada 157 será objeto de discussão e decisão na próxima reunião do
196 CTSA. **Execução de Pauta - Ponto 4** - Discussão da Portaria 280 foi realizado juntamente com
197 o Ponto 3 da pauta. **Execução de Pauta - Ponto 5** - Apresentação do PAC Saneamento –
198 Funasa – o Coordenador de Engenharia e Arquitetura da Funasa – Eng. Ricardo apresentou a
199 situação geral do PAC, informou que foi disponibilizado, 400 milhões para 2015 e tem 70
200 milhões na PLOA 2016 para 2016 destinados para as ações de abastecimento de água e
201 esgotamento sanitário, de construção de banheiros, de melhorias habitacionais para controle da
202 doença de chagas, de drenagem, de apoio ao controle de qualidade da água, de saneamento
203 indígena e de saneamento rural. Em relação ao acompanhamento da execução, considerando o
204 PAC como um todo, 7% ainda estão em ação preparatória, 43% em andamento e 50% dos
205 empreendimentos já executados. Informou que as restrições orçamentárias e financeiras vem
206 repercutindo na continuidade das obras e no seu bom andamento, pois a imensa maioria das
207 empresas contratadas pelos municípios são de médio e pequeno porte, que não tem condições de
208 suportar a descontinuidade de repasse financeiro, assim está acontecendo um grande número de
209 paralizações de empreendimentos. da. O diretor Ernani perguntou se a restrição orçamentária irá
210 alcançar os municípios com projetos aprovados. O coordenador Ricardo responde que não sabe
211 o que irá acontecer. Afirmou que pretende, minimamente, iniciar aqueles empreendimentos com

212 ordem de serviço emitidas. **Execução de Pauta - Ponto 6** - Apresentação do PAC Saneamento
213 – MCIDADES – O Secretário Substituto e diretor do DAGES, sr. Johnny dos Santos,
214 apresentou os investimentos da SNSA/MCidades, selecionados e contratados no PAC 1 e PAC
215 2, sendo a situação atual: 803 na modalidade abastecimento de água, 48 desenvolvimento
216 institucional, 943 esgotamento sanitário, 529 estudos e projetos, 325 manejo de águas pluviais,
217 84 resíduos sólidos urbanos, 191 saneamento integrado, resultando um total de 2.923 operações.
218 Apresentou os empreendimentos concluídos, que no período de 2007 a 2015 totalizaram 964
219 operações. Apresentou os principais resultados do ano de 2015, fazendo um balanço da situação,
220 onde foram selecionados 2 empreendimentos, 11 foram contatados, 154 concluídos, 110 obras
221 iniciadas, e o cancelamento de 11 operações do PAC1 e 44 do PAC 2. E por fim apresentou as
222 fotos das principais obras concluídas em 2015. **Execução de Pauta - Ponto 7** - Situação do
223 desenvolvimento do Trabalho Social nos empreendimentos de Saneamento com aporte de
224 recursos do Ministério das Cidades - o Gerente de Planejamento do DARIN, sr. Marcelo Lelis,
225 apresentou a definição de trabalho social, o percentual de recursos definidos para o trabalho
226 social, os principais eixos que são: mobilização, organização e fortalecimento social,
227 acompanhamento e gestão social da intervenção, educação ambiental e patrimonial, e o
228 desenvolvimento Econômico e Social. Apresentou também as principais ações de trabalho social
229 nas situações de pré, durante e pós obra. Informou que as principais limitações na execução do
230 trabalho social são: as diferenças relativas aos contratos envolvendo transferências do OGU e
231 financiamento; a descontinuidade com as experiências anteriores no saneamento; a falta de
232 parametrização do Projeto de Trabalho Social; a ausência de definição da área
233 impactada/número de beneficiários; e as diferenças entre os empreendimentos acompanhados
234 pela SNSA daqueles apoiados pela SNH. O conselheiro Landa perguntou como se dá o trabalho
235 social nos empreendimentos de habitação, e questionou se é possível seguir os mesmos
236 parâmetros do Programa Minha Casa Minha Vida, no que tange ao movimento social e ao valor
237 do trabalho social. Questionou se a responsabilidade da assistência social perdura por dez anos
238 após a execução do empreendimento, como no MCMV. O conselheiro Marcos pediu
239 esclarecimentos sobre a fiscalização efetiva do desenvolvimento do trabalho social pelo
240 Mcidades nas comunidades onde estão sendo aplicados os recursos, e citou o exemplo do
241 PROSAMI em Manaus que não consegue ver a efetivação do trabalho social. O gerente Marcelo
242 respondeu ao conselheiro Landa, que na SNSA não é tão bem definido como no programa no
243 MCMV, e informou que a regra é fazer somente o trabalho social. Em relação a demanda do
244 conselheiro Marcos, afirmou que a equipe para acompanhamento do trabalho social é muito
245 limitada e trabalha de forma reativa, em função de demandas dos órgãos de controle e do
246 controle social. O conselheiro Marcelo propôs moção e foi aprovada pelos conselheiros
247 presentes a Moção de Aplauso ao Exmo. Dr. Juiz da 12ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco,
248 Dr. Roberto Wanderley Nogueira pela sábia justa e independente sentença que anulou a compra
249 da área do Cais José Estelita, realizada pelo Consórcio Novo Recife. **Execução de Pauta -**
250 **Ponto 8** - Discussão sobre o desastre ocorrido em Mariana - MG - o conselheiro Landa fez um
251 apanhado geral do acontecido em Mariana - MG, baseado em uma série de artigos que foi
252 reunido pelo mesmo, questionou aos conselheiros o que poderia ser feito para dar continuidade
253 nas discussões. O conselheiro Silvio respondeu que a responsabilidade pelo ocorrido é do
254 Ministério da Integração - MI e Ministério do Meio Ambiente - MMA, e complementa dizendo
255 que devem ser usados recursos privados, da própria SAMARCO, para consertar todos os
256 estragos. A conselheira Amélia sugeriu que a discussão fosse encaminhada ao Pleno do
257 ConCidades. **Execução de Pauta - Ponto 9** - Definição da pauta da próxima reunião do CTSA,
258 conforme segue os pontos definidos ao final da reunião:

- 259 1. Informes dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e do PLANSAB;
260 2. Panorama dos PMSB;
261 3. Relato da experiência do modelo de gestão em saneamento de Santo André/SP;
262 4. Apresentação do Plano Nacional de Segurança Hídrica - Ministério da Integração;
263 5. Discussão da planilha de Gestão aprovada no CTSA compatibilizando com as prioridades
264 definidas na 5ª Conferência das Cidades;

- 265 6. Apresentação do acompanhamento do PAC – Saneamento pela SNSA/MCidades;
266 7. Posição da SECONCID sobre a Resolução Recomendada nº 157 que revoga a Portaria n.º
267 280 do MCidades;
- 268 Encaminhamentos ao pleno do ConCidades: 1)Resolução Recomendada de referendo sobre
269 a aprovação pelo GTI- Plansab do Relatório do Plansab; 2)O desastre ocorrido em
270 Mariana/MGA nova redação da Resolução nº147; 3)Moção de Aplauso ao Exmo. Dr. Juiz
271 da 12ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco; e 4)Criação de GT para acompanhamento
272 das questões legislativas referentes ao Saneamento Básico.
- 273 O diretor Ernani encerrou a reunião às 18h30min. Eu, Alexandre Araujo Godeiro Carlos e Denise de
274 Sousa Almeida, relatamos esta ata. Brasília/DF, 01 de dezembro de 2015.